

CONGRESSO

Impasse adia o início do recesso

Orçamento não será votado hoje, e impostos poderão mudar por medida provisória

BRASÍLIA — O Congresso não poderá entrar em recesso hoje, de acordo com o prazo previsto pela Constituição. Ao final da sessão de ontem, os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e senador Mauro Benevides (PMDB-CE), decidiram convocar extraordinariamente as duas Casas, com base num artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que mantém o Congresso funcionando até a aprovação do Orçamento da União para o próximo ano.

O principal problema do Congresso, porém, não é a aprovação do orçamento, embora a discussão do projeto esteja atrasada. O impasse está no projeto de reforma tributária do governo, cuja votação

foi condicionada pelo PMDB à rolagem da dívida dos Estados. Se o partido, que detém a maior bancada no Congresso, não conseguir reunir com o bloco governista e o PDT os votos de 252 deputados no plenário, o governo poderá editar medida provisória com o aumento de impostos. O projeto é considerado fundamental para o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Medida provisória — O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), prevê que os trabalhos deverão avançar até o final da semana. Segundo o líder, o governo pretende evitar a edição de medida provisória com o aumento de impostos. Durante mais um dia

de reunião, porém, não foi possível superar o impasse criado pela rolagem da dívida dos Estados. Cinco partidos — PSDB, PT, PDS, PL e PST — não aceitam os termos do acordo que foi acertado entre o PMDB e o governo, embora estejam dispostos a aprovar o projeto de reforma tributária.

Benevides disse que não concorda com a convocação extraordinária para votar qualquer outra matéria além do orçamento. Ele explicou que a LDO garante a prorrogação dos trabalhos apenas para a apreciação da lei orçamentária — o que não acontecerá antes de quarta-feira, segundo os líderes partidários. “Tivemos tempo suficiente para as votações”, justificou o presidente do Senado.

Pedido de Fiúza — Mesmo com a previsão de que o orçamento não será votado antes de quarta-feira, Benevides marcou para hoje a votação do relatório final, atendendo a pedido do relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). A princípio, Fiúza queria o adiamento para terça-feira, mas o presidente do Senado achou que um prazo de 48 horas seria muito longo.

Oficialmente, o adiamento da votação deveu-se ao atraso do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e da gráfica do Senado, que não conseguiram concluir a tempo a impressão do relatório final da Comissão Mista de Orçamento.